

Investimento faz avançar o ensino fundamental

Considerados prioridade pelo governo, os níveis que vão da 1.ª à 8.ª séries passaram o ano em evidência com a mobilização da sociedade com a campanha Toda Criança na Escola. O MEC passou a verificar o

GABRIELA ATHIAS

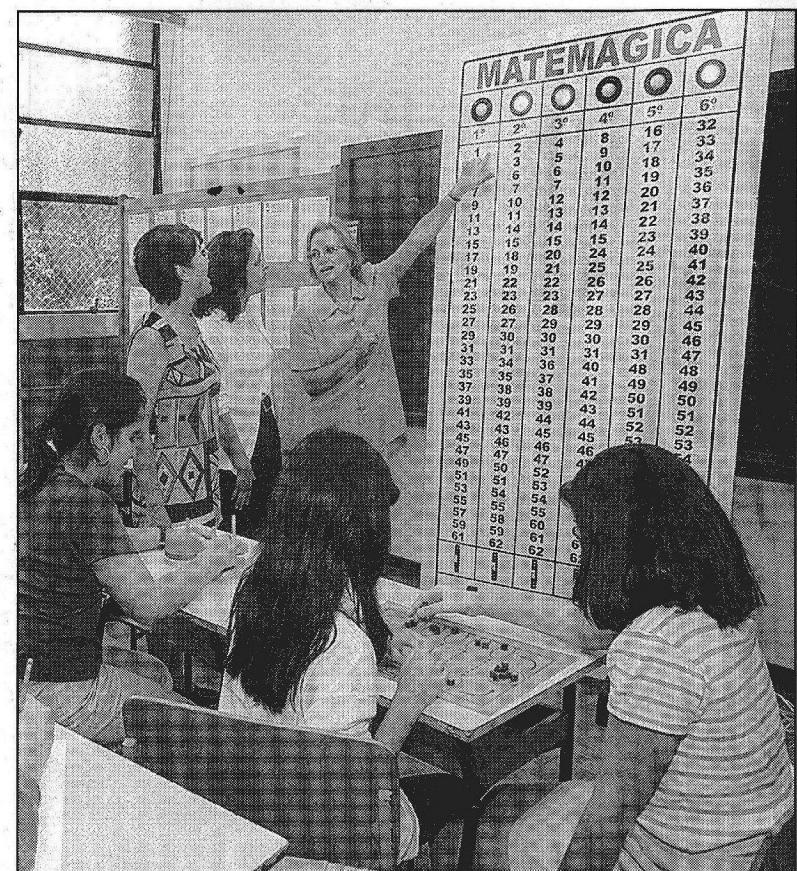
Considerado prioridade pelo governo, o ensino fundamental – que vai da 1.ª à 8.ª série – passou o ano em evidência. A campanha Toda Criança na Escola mobilizou a sociedade, desde os últimos meses de 1997 até o início de 1998, e passou a ser repetida como slogan.

Igreja, sindicatos, associações e promotorias da infância empenharam-se em levar a todos os cantos do País o recado do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Educação, Paulo Renato Souza: as crianças brasileiras, de 7 a 14 anos, precisam estudar nem que para isso prefeitos de municípios pobres, sem salas de aula em quantidade suficiente, tivessem de abrir classes extras em prédios cedidos.

O Estado ouviu secretários de regiões diferentes (Paraná, Mato Grosso e Pernambuco) e todos apontaram como o ponto mais positivo do ano o fato de o Ministério da Educação (MEC) ter-se voltado para o ensino fundamental. “O MEC deixou de ser o ministério das universidades”, diz Ramiro Wahrhaftig, secretário de Estado da Educação do Paraná e presidente do Conselho Nacional dos Secretários da Educação (Consed).

O ensino fundamental foi, até mesmo, alvo de uma “política externa”, coordenada por Maria Helena Guimarães de Castro, presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Articulada com órgãos estatísticos de outros países, ela montou uma base de dados compatível com os indicadores produzidos no exterior. Com isso, o Inep passou a produzir dados que mostram a realidade do ensino em todas as regiões do Brasil e possibilitam a comparação entre a performance dos estudantes brasileiros com a de alunos de outros países.

Alunos de todos os Estados foram submetidos à avaliação externa por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O resultado, um raio X do desempenho dos sistemas públicos por Estado, indicou a urgência de melhorar a qualidade do ensino, especialmente nas regiões mais pobres, como é o caso do Norte. O avanço dos indicadores educacionais do Nordeste comprovou a eficácia da TV Escola e do Projeto Nordeste (que investiu maciça-



Kathia Tamashiro/AF-12/98

Participação da sociedade ajudou governo a superar metas no setor

mente na região), mas não foi suficiente para igualá-los à performance do Sul e do Sudeste.

Se uma das principais funções do MEC é a de redistribuir os recursos da educação, tentando reduzir as profundas desigualdades existentes entre as redes públicas de ensino, o Fundo de Valorização do Magistério e do Ensino Fundamental (Fundef) foi, durante este ano, sua mais importante ferramenta. Aplicado nacionalmente pela primeira vez,

o Fundef estabeleceu o piso de R\$ 315 por aluno/ano em todos os Estados e deu novas perspectivas a professoras, como Maria do Socorro Silva de Lima, de 34 anos. Até janeiro, ela ganhava R\$ 56,70 para dar aula a 50 alunos da comunidade de Onofre, no sertão da Paraíba. Quando o fundo entrou em vigor, sua renda aumentou para R\$ 138,27. “A coisa mais importante que fiz foi o Fundef”, diz o ministro.

Com participação da sociedade, o Brasil superou a meta do Plano

Decenal, que previa para 2002 uma taxa de matrícula de 94%. O ministério está fechando o ano com 95,8% das crianças de 7 a 14 anos atendidas pela rede. Esse avanço foi decorrente de uma série de ações conjuntas, entre as quais, o Fundef, uma espécie de “reforma fiscal” no ciclo que concentra 80% dos alunos brasileiros.

“Nosso desafio agora, depois de termos matriculado as crianças, é o de mantê-las na escola”, diz a diretora do Departamento de Política Educacional do Ensino Fundamental, Virgínia Farah. Para assegurar a presença na escola e reduzir as taxas de evasão escolar e de repetência (ambas computadas como perdas no sistema), que chegam a 26,7% de 1.ª a 4.ª série, o ministério começou a investir na qualificação dos professores (programa que, segundo Paulo Renato, será ampliado em 99, até que todos atinjam o nível universitário) e elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do ensino fundamental e as

desempenho dos alunos por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. O resultado obtido pelas escolas públicas mostrou a necessidade de melhorar a qualidade do ensino no País

referências para a educação infantil, indígena e de jovens e adultos.

“Os parâmetros não são obrigatórios, mas servem de subsídio para as escolas terem em vista o que é básico para a formação de uma identidade nacional, assegurando espaço para regionalidades”, explica Virgínia. Para ela, o PCN mostra o caminho do “ensino de qualidade” e serve de referencial para a formação dos professores: “O professor precisa saber o que ensinar”, diz.

O lançamento dos parâmetros coincidiu com a avaliação do livro didático – que continuará a ser feita em 99 – e pretendeu eliminar obras que continham informações incorretas e privilegiar aquelas que, na avaliação do MEC, contribuem para a formação de um cidadão dotado de massa crítica.

A distância entre os projetos do MEC e a realidade das escolas foi uma marca de todos os projetos. Enquanto o ministro anuncia, em setembro, em São Paulo, que o Brasil teria um centro internacional de produção de tecnologia aplicada à educação, o Informe Estatístico da Educação Básica indicava que somente 24,2% dos alunos do ensino fundamental estudavam em escolas com laboratório de ciências e 10,8%, com laboratórios de informática. No Norte, a situação é mais grave: 73,2% das escolas não possuem sequer energia elétrica e 27,1% não dispõem de abastecimento de água.

O programa Dinheiro Direto na Escola, que repassa verba do ministério para as Associações de Pais e Mestres, não consegue chegar às escolas mais pobres e, consequentemente, mais carentes. O motivo é que elas não possuem APM, que é a unidade executora, e não houve nenhuma grande campanha de mobilização para facilitar sua criação. “Educação foi eleita prioridade política do governo, mas não recebeu a contrapartida financeira necessária”, diz o presidente do Consed.

Para Wahrhaftig, o discurso oficial de que o Brasil destina à educação o mesmo porcentual do Produto Interno Bruto (PIB) do que os países desenvolvidos oculta o desnível existente entre a qualidade da educação brasileira e da europeia, por exemplo. “Precisamos fazer um esforço para investir muito mais em educação; a escola pública é o único mecanismo possível de redução das desigualdades sociais brasileiras”, diz ele.

**CRIAÇÃO DO
FUNDEF FOI
PASSO
IMPORTANTE**